



## Ex-dirigente da Petrobras diz que apenas cumpria decisões



Jefferson Rudy/Agência Senado

José Orlando de Azevedo (esq., à mesa) presta esclarecimentos na sessão conduzida pelo vice-presidente da CPI, senador Gim, e pelo relator, deputado Marco Maia

Compra de Pasadena e arbitragem do litígio nos EUA foram coordenadas pela Diretoria-Executiva, alegou Azevedo à CPI

**E**m depoimento à CPI Mista da Petrobras, José Orlando de Azevedo — que presidiu a subsidiária nos Estados Unidos entre outubro de 2008 e janeiro de 2013 — negou participação nas negociações e confirmou que a estatal brasileira pagou US\$ 820 milhões para encerrar o litígio com a companhia belga Astra Oil. Parlamentares governistas e de oposição trocaram acusações. **3**

**MP da Aviação Regional é lida em Plenário 2**

**Diesel de transporte fluvial pode ter isenção 4**

### Senado vai analisar fim de projetos autorizativos

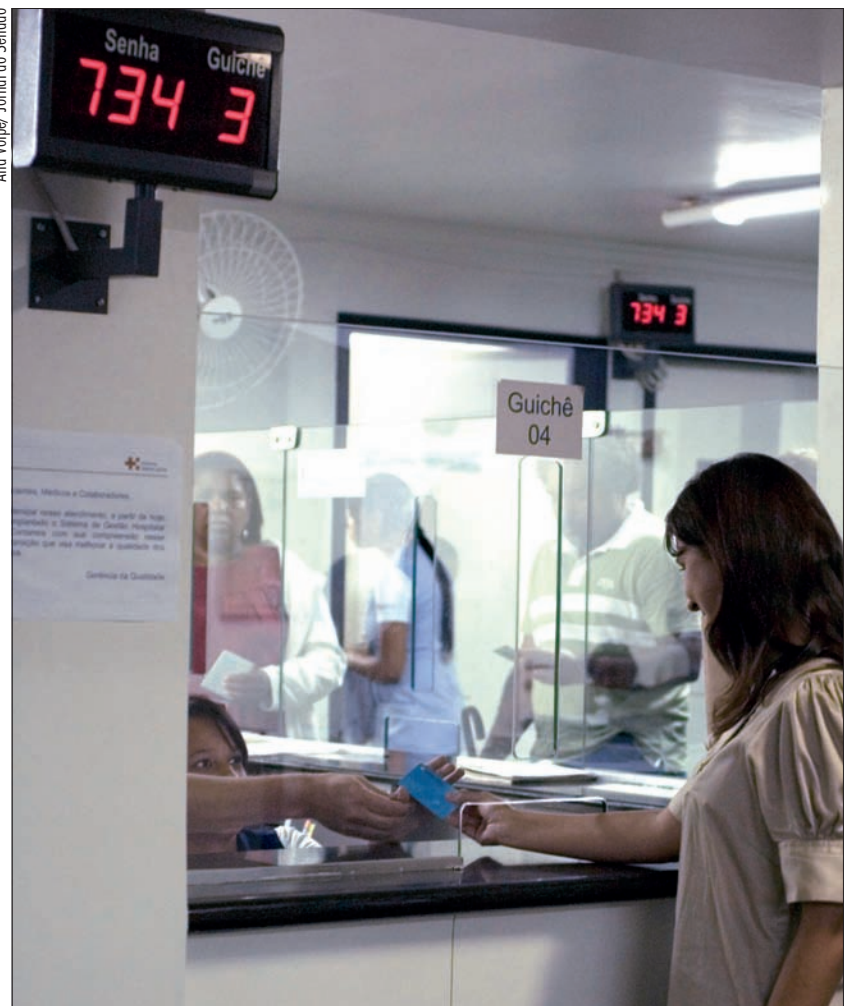
A Comissão de Constituição e Justiça deve analisar nos próximos dias proposta que proíbe a apresentação de projetos autorizativos no Congresso. A autora, senadora Gleisi Hoffmann, considera que esses projetos são inócuos por autorizarem, muitas vezes, o Executivo a tomar decisões que já são de sua competência constitucional. O relator, Aloysio Nunes Ferreira, é favorável à aprovação. **2**

### Consultas particulares não terão prioridade

Os consultórios médicos podem ser proibidos de dar prioridade ao atendimento de pacientes que pagam diretamente, em detrimento de pacientes usuários de planos de saúde. Projeto estipula que a marcação deve privilegiar casos de emergência, idosos, gestantes, lactantes e crianças de até 5 anos. **4**

Proposta pretende defender usuários de planos de saúde e reduz de 65 para 60 anos a idade na preferência para marcação de consulta

Ano Volpex/Jornal do Senado



### Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a participação de especialistas em livres debates sobre grandes temas nacionais.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



# Comissão pode aprovar fim dos projetos autorizativos

Comissão de Constituição e Justiça analisa proposta da senadora Gleisi Hoffmann que veda a apresentação de projetos autorizativos. Para a autora, esse tipo de medida dá origem a leis inúteis

A APRESENTAÇÃO DE projetos autorizativos por deputados e senadores pode estar com os dias contados. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está pronta para votar projeto de lei (PLS 287/2011 — Complementar) da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) que proíbe essa prática. A proposta tem parecer favorável do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O projeto altera a Lei Complementar 95/1998, que estabelece normas orientadoras do processo legislativo. A intenção é impedir, segundo justificou Gleisi Hoffmann,

que parlamentares tentem “burlar o vício de iniciativa legislativa” apresentando projetos que “autorizam” outro Poder — “notadamente o Executivo” — a tomar decisões que já são de sua competência constitucional.

## Medidas provisórias

Aloysio Nunes concorda que a medida pode ajudar a tornar mais ágil o processo legislativo. E observou que, além de inconstitucionais, os projetos autorizativos acabam por desviar o Poder Legislativo da sua “função precípua de aprovar políticas públicas substanciais,

que vinculem e obriguem a toda a administração pública e a todos os Poderes”.

Na justificativa do projeto, Gleisi explicou que “opera contra o sucesso desse tipo de proposição a completa ausência de coercibilidade da lei que, porventura, frutificar”. Segundo a senadora, “não se admite uma lei inútil, mas é o que acontece quando se edita uma lei meramente autorizativa. O objetivo da proposição, portanto, é pacificar a matéria e tornar clara a vedação, ajudando a limpar a pauta de projetos inúteis, que poderão ser sumariamente arquivados”.



Aloysio (D) apoia o projeto de Gleisi (3ª à esq.), afirmando que os projetos autorizativos atrasam o processo legislativo

## Congresso recebe MP da Aviação Regional

Foi lida pela Mesa do Senado, na sessão de ontem, a Medida Provisória (MP) 652/2014, editada esta semana pela presidente Dilma Rousseff. A MP cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para subsidiar as operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano.

Com a leitura, a MP foi recebida pelo Congresso e será encaminhada para análise de uma comissão mista. Em seguida, será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

O subsídio proposto pela MP

inclui tarifas aeroportuárias e parte dos custos das companhias, mas ainda depende de regulamentação por parte da Secretaria de Aviação Civil (SAC). A intenção, segundo o ministro-chefe da SAC, Moreira Franco, é favorecer ainda mais a Região Norte, principalmente a região amazônica, onde o transporte depende de aviões.

Segundo o ministro, estará disponível para a subvenção, em 2015, um montante ao redor de R\$ 1 bilhão, proveniente do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), formado pelo que é pago pela concessão dos

maiores aeroportos nacionais.

De acordo com a MP, a subvenção será diretamente sobre as passagens aéreas, em voos com origem ou destino em aeroportos regionais. O subsídio deve ser limitado a 60 assentos por voo ou 50% dos assentos ofertados.

Atualmente, conforme a SAC, voos regionais custam em média 31% a mais por quilômetro do que voos entre capitais. A intenção é equilibrar os custos e a escala desses voos para baratear as passagens e estimular um novo mercado, que, no futuro, poderá se sustentar sem o subsídio.

## Reportagem aborda suicídio de Vargas, ocorrido há 60 anos

O suicídio do presidente Getúlio Vargas, que completará 60 anos no dia 24, é o tema da próxima seção “Arquivo S”, que será publicada pelo **Jornal do Senado** na edição desta segunda-feira.

A reportagem mostrará como os senadores da época se posicionaram durante a crise política que levaria ao suicídio e como eles, depois, receberam

a notícia da morte de Vargas.

O **Jornal do Senado** ouviu o jornalista Lira Neto, autor de uma trilogia biográfica do presidente, e o historiador Antonio Barbosa sobre o contexto político de 1954. O governo estava abalado por causa do atentado da Rua Tonelero, em que um militar foi morto e o jornalista Carlos Lacerda, adversário de Vargas, ficou ferido. Uma investigação apontou que o crime havia sido tramado por Gregório Fortunato, chefe da equipe de segurança do presidente.

O senador Pedro Simon

(PMDB-RS), que na época era estudante universitário, contou ao **Jornal do Senado** como foi sua participação no enterro de Vargas, em São Borja (RS).

A seção “Arquivo S” é publicada na primeira segunda-feira de cada mês e se apoia nos documentos que estão guardados no Arquivo do Senado, como os pronunciamentos dos senadores e os projetos de lei. No mês passado, a seção mostrou como a primeira vitória do Brasil numa Copa do Mundo, em 1958, repercutiu no Senado.



Primeira página do jornal Última Hora, de 24 de agosto de 1954, noticia o suicídio do presidente

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão ordinária não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**  
 Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ex-presidente da subsidiária da Petrobras nos EUA, José Orlando de Azevedo disse à CPI mista que a compra de Pasadena foi feita dois anos antes de ter assumido o cargo



O senador Gim (C), vice-presidente da CPI, e o deputado Marco Maia (D), relator, ouvem José Orlando de Azevedo afirmar que sua função era apenas assegurar o cumprimento das decisões da Diretoria-Executiva

## Executivo nega responsabilidade em Pasadena

AO DEPOR ONTEM à CPI Mista da Petrobras, José Orlando de Azevedo — que presidiu a Petrobras America Inc. entre outubro de 2008 e janeiro de 2013 — negou ter participado das negociações da compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Disse que as decisões foram tomadas pela Diretoria-Executiva da estatal e que cabia a ele apenas assegurar que elas fossem cumpridas.

O ex-funcionário da petrolífera esclareceu ainda que assumiu a presidência da Petrobras America, que é a unidade operacional da estatal nos Estados Unidos, dois anos depois de a empresa brasileira ter adquirido da

companhia belga Astra Oil 50% da refinaria de Pasadena. Também já havia sido iniciada a disputa judicial entre a Petrobras e a Astra para que o restante das ações da refinaria fosse comprado pela estatal brasileira.

Ele acrescentou que o processo de arbitragem foi todo coordenado pelo setor jurídico da companhia, que, por sua vez, recebia instruções da Diretoria Internacional, subordinada à Diretoria-Executiva da Petrobras. Confirmou, porém, que para encerrar o litígio judicial com a Astra Oil, a Petrobras desembolsou US\$ 820 milhões. Depois desse pagamento, a empresa belga abriu mão de todas as

ações na Justiça norte-americana.

— Minha função na Petrobras America em relação a esse processo de arbitragem era simplesmente acompanhar, ser informado e ter a certeza de que as diretrizes que a Diretoria da Petrobras tinha definido no Brasil estavam sendo seguidas, principalmente pelo escritório de advocacia contratado nos Estados Unidos — afirmou Azevedo.

### Confrontação

O relator da CPI mista da Petrobras, deputado Marco Maia (PT-RS), disse que as informações trazidas por Azevedo serão comparadas com documentos já em poder da CPI. Além disso, ele

espera que Jorge Luiz Zelada, ex-diretor da área internacional da Petrobras que deve depor em agosto, apresente mais detalhes sobre a compra da refinaria de Pasadena.

O vice-presidente da CPI, Gim (PTB-DF), por sua vez, afirmou ter ficado com a impressão de que o ex-presidente da Petrobras America realmente não sabia o que estava acontecendo.

— Semana que vem temos mais uma sessão com votações de requerimentos. Aí sim, vamos chamar mais pessoas, votar mais quebras de sigilo e a CPI vai tomar corpo novamente e andar — disse Gim, que presidiu a reunião da CPI mista.

## Governistas e oposição travam disputa política na reunião da CPI mista

A CPI Mista da Petrobras voltou a ser palco de disputa política. Deputados da oposição destacaram o relatório do ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge, aprovado na semana passada, que determina a devolução de US\$ 792,3 milhões aos cofres da Petrobras pelos prejuízos causados ao patrimônio da empresa no negócio de Pasadena.

Desse total, US\$ 580,4 milhões deverão ser devolvidos pelos ex-integrantes da Diretoria-Executiva da Petrobras que aprovaram a ata de compra da refinaria. Está nesse rol o ex-presidente da estatal Sergio Gabrielli, além de Nestor Cerveró, Paulo Roberto Costa e Guilherme Estrella, entre outros.

— Este país não aguenta mais a forma como este governo administra. A corrupção foi consolidada. O superfaturamento foi consolidado como se fosse coisa normal. As obras todas paralisadas, um cemitério de obras que existe em nosso país. É muita incompetência — disparou o deputado Izalci (PSDB-DF).

No lado da base governista, o deputado federal Afonso

Florence (PT-BA) se desculpou com o depoente pelo excesso de alguns parlamentares da oposição.

— O candidato deles, ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves, está tendo de explicar por que construiu um aeroporto num terreno da família para ele pousar e passar fim de semana. A economia está estabilizada, o nível de emprego está bom, o poder aquisitivo do povo está crescendo, o Bolsa Família continua bem, as pesquisas indicam a possibilidade de vitória da presidenta Dilma Rousseff no primeiro

turno — reagiu Florence.

Depois de ouvir acusações do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) ao ex-presidente da Petrobras America José Orlando de Azevedo, o deputado Afonso Florence saiu em defesa da testemunha e do governo petista, o qual, segundo ele, descobriu o pré-sal, implantou novo marco regulatório para o setor e foi responsável por aumentar o valor de mercado da petrolífera:

— Esse ataque e essa virulência são despropositados. Os deputados de oposição querem fazer disputa política.

Mas foram eles que, quando governaram, tentaram privatizar a Petrobras; foram eles que, quando governaram, afundaram a [plataforma] P-36 — afirmou.

Florence aproveitou para elogiar a atuação do governo na economia e atacar o candidato do PSDB à presidência, Aécio Neves:

— Enquanto a presidente Dilma constrói aeroportos regionais, o ex-governador tem que explicar, gaguejando, por que construiu um aeroporto na pista da família — afirmou.

Pouco antes, o deputado Onyx Lorenzoni havia ques-

tionado o fato de a Petrobras ter insistido na disputa judicial contra a Astra Oil, sócia no empreendimento da refinaria de Pasadena, atitude que resultou em grande prejuízo para a companhia brasileira. Para ele, a compra da refinaria foi “urdida”:

— Por que insistir na luta judicial? Por que não fazer um acordo? Vários técnicos insistiram que a Petrobras estava cometendo um erro. Essa compra foi urdida. Vamos descobrir por onde esse dinheiro foi embora. Alguém ganhou, e muito, com esse negócio — disse.

### Conivência

Onyx Lorenzoni afirmou que José Orlando de Azevedo foi retirado do comando da Petrobras America no início de 2013 por conta de uma “faxina” feita pela presidente da companhia, Graça Foster.

— Ela sabia que havia uma quadrilha, faxinou e o senhor entrou na faxina. O senhor só dizia amém para uma diretoria-executiva. Só cumpria ordens. Isso é uma bênção para uma quadrilha. Isso tem outro nome: é conivência — avaliou.



Onyx disse que Azevedo saiu da Petrobras quando houve “faxina”



O deputado Izalci afirmou que a corrupção foi institucionalizada



Florence defendeu o governo e criticou a “virulência” da oposição

# Projeto proíbe prioridade para consulta particular

Texto também reduz de 65 para 60 anos a idade dos pacientes que devem ter prioridade na marcação. Medida visa adequar a lei ao Estatuto do Idoso, que considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais

OS CONSULTÓRIOS MÉDICOS ou de atendimento de saúde poderão ser proibidos de dar prioridade na agenda ao atendimento de pacientes que pagam diretamente em detrimento de pacientes usuários de planos de saúde. O senador Pedro Taques (PDT-MT) apresentou projeto de lei para impedir esse tipo de discriminação.

A proposta de Taques (PLS 525/2013) sugere alteração na Lei 9.656/1998, que trata dos planos de saúde. Pelo projeto, a marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos de saúde deve privilegiar os casos de emergência, as pessoas com 60 anos ou mais, as gestantes, lactantes e crianças de até 5 anos. A proposta veda diferenciação para marcar consulta entre o paciente de plano de saúde e aquele conhecido como “particular”.

O senador justificou a proposta argumentando que há uma prática abusiva na marcação de consultas: para os



Consultas pagas em dinheiro não poderão ter preferência no atendimento

pacientes que pagam com recursos próprios, o atendimento é mais rápido, enquanto há mais demora no processo para os pacientes com convênios de saúde.

— Esse é um tipo de conduta mesquinha e discriminatória contra os pacientes consumidores de planos e seguros privados de assistência à saúde, cujo objetivo é coagi-los a pagar, com recursos próprios, por consultas, exames e procedimentos que deveriam ser cobertos pelo plano ou seguro

— afirmou Pedro Taques.

O projeto também reduz de 65 para 60 anos a idade da pessoa idosa à qual deve ser concedida prioridade na marcação, como está previsto na Lei 9.656/1998. Essa alteração vai harmonizar a Lei dos Planos de Saúde com o Estatuto do Idoso, norma que considera idosa a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

A proposta aguarda relatório na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

# Transporte fluvial de cargas pode ter isenção de impostos no diesel

Projeto que estabelece isenção de tributos para a venda ou importação de óleo diesel destinado ao transporte fluvial de cargas espera parecer do relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De acordo com a proposta (PLS 15/2014), de autoria do senador Alfredo Nascimento (PR-AM), a pessoa jurídica que vender ou importar diesel destinado ao transporte de carga em rios poderá ficar isenta da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep), da Contribuição para o PIS-Pasep-Importação, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Cofins-Importação. A empresa terá de se cadastrar na Receita Federal para obter o incentivo.

A empresa ficará obrigada a destinar o diesel exclusivamente para o transporte fluvial de cargas. Caso contrário, deverá recolher as contribuições não pagas com juros e multa.

Na avaliação de Alfredo

Nascimento, o óleo diesel usado em embarcações que transportam carga em rios sofre alta carga de tributos, o que acaba por onerar o preço final das mercadorias e insumos transportados. Com a consequente diminuição do preço do frete fluvial, argumenta o senador na justificativa da matéria, o transporte hidroviário será incentivado, diminuindo o preço dos produtos e aumentando a oferta.

Para a população brasileira, em especial a ribeirinha, a redução das contribuições sociais será muito vantajosa, acredita o senador.

— Essa diminuição reduzirá o preço final de venda dos produtos aos consumidores, o que possibilitará o acesso a uma maior quantidade de mercadorias a preços mais razoáveis, estimulando o consumo. O aumento do consumo é positivo para a economia e para o próprio governo, que incrementará sua arrecadação tributária — assinala Nascimento.

Depois da CI, o projeto ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Jorge Viana quer esclarecimentos da Funai sobre índios isolados

Jorge Viana (PT-AC) informou que vai apresentar requerimento à Comissão de Meio Ambiente (CMA) para convidar a presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, a comparecer ao Senado na semana que vem.

A intenção é tomar conhecimento das providências adotadas pela Funai em relação aos índios isolados encontrados na fronteira do Brasil com o Peru há cerca de um mês. Os primeiros contatos com essa tribo foram feitos em uma aldeia vizinha e os índios demonstraram estar com fome e gripados.

— Temos de dar uma adequada condução a esse desafio que é fazer contato com esses povos primitivos, sem que isso implique risco de vida para eles — afirmou o senador, reforçando que é preciso que Funai, Congresso e Ministério da Justiça trabalhem em conjunto nessa tarefa.

O senador também comemorou o fato de ter sido incluído pelo quarto ano consecutivo



Senador está entre os 100 mais atuantes no Congresso

na lista dos 100 “cabeças do Congresso”. A lista é elaborada anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), considerando parlamentares que estavam no efetivo exercício do mandato no período de avaliação, entre fevereiro e junho de 2014. Ele agradeceu a confiança dos eleitores e dos colegas da Casa, que o elegeram vice-presidente do Senado.

— Para mim, estar no grupo é um estímulo para continuar trabalhando e representando bem o povo do Acre — disse.

Neste ano, 63 deputados federais e 37 senadores estão na lista do Diap.

## Kaká parabeniza bombeiros de Sergipe por resgate em prédio

O senador Kaká Andrade (PDT-SE) parabenizou o Corpo de Bombeiros de Sergipe pelos salvamentos e atuações em situação de risco, como a ocorrida na madrugada de 19 de julho, quando um prédio na fase final de construção desabou na zona sul de Aracaju.

O prédio de quatro andares caiu e havia uma família passando a noite ali. Cães farejadores detectaram a presença dos pais e dois filhos — uma menina e um bebê —, todos vivos. Após o desabamento, a família ficou presa num vão de cerca de 20 metros quadrados, sustentado pelas caixas da cerâmica que nos dias seguintes seriam assentadas no contrapiso. Acima deles havia quatro lajes, o que dificultou muito o acesso às vítimas.

— Mas a todo instante eram feitas comunicações verbais com as vítimas durante o resgate, feito em meio a escuridão, poeira, frio. Foi tirada pedra por pedra, tijolo por tijolo, num trabalho artesanal, para



Kaká Andrade destacou resgate de família em SE

que não caísse tudo e isso acabasse com aquelas vidas.

O senador informou que o bebê não resistiu aos ferimentos e morreu a caminho do hospital, mas os demais integrantes da família estão salvos.

No Plenário, ontem, o senador também parabenizou todas as corporações de bombeiros militares do país pelo Dia do Bombeiro, comemorado em 2 de julho.

— O trabalho dos bombeiros vai além de apagar incêndios. Eles respondem a pedidos de resgate, fazem vistorias técnicas, prestam socorro em acidentes com tóxicos e inflamáveis e muitos outros — concluiu.

## Cristovam defende posição brasileira sobre conflito em Gaza

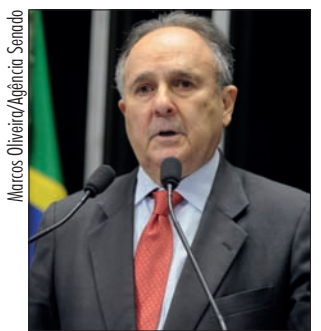
O senador Cristovam Buarque apoiou ontem, na tribuna do Plenário, a decisão da presidente Dilma Rousseff de convocar o embaixador brasileiro em Tel-Aviv, Henrique Sardinha Pinto, para consultas relacionadas ao conflito de Israel e Palestina.

O Itamaraty, há alguns dias, condenou “energicamente o uso desproporcional da força por Israel na Faixa de Gaza” e o Brasil votou a favor da criação de uma comissão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para investigar possíveis crimes de guerra cometidos durante o conflito. Como resposta, Israel chamou o Brasil de “anão diplomático”.

Cristovam disse que Dilma foi correta ao manifestar o descontentamento do povo brasileiro.

— Ela falou em meu nome — resumiu.

Ao comentar os atendimentos recorrentes, o senador pontuou duas hipóteses para a matança que se vê de civis palestinos — principalmente mulheres e crianças:



Senador concorda que uso da força é desproporcional

ou trata-se de “incompetência muito grande na maneira como estão atrás de alguns terroristas, ou de insensibilidade moral muito grande na maneira como as Forças Armadas de Israel estão sendo usadas”.

— Jogar foguetes indiscriminadamente contra Israel é um ato terrorista, que deve ser combatido. Mas não podemos nos calar pelo fato de que, ao tentar acabar com alguns terroristas, Israel esteja destruindo um povo inteiro — disse.

Para o senador, a maneira de Israel defender a paz é equivocada.

— Essa guerra não é compatível com o espírito humanista do povo israelense — criticou.